

## Memórias, Patrimônio Cultural: possibilidades para turismo cultural

### Memories, Cultural Heritage: possibilities for cultural tourism

Lorena Angélica Mancini  
Mestre em Turismo e Hotelaria, Universidade  
Estadual do Paraná. E-mail:  
lorena.mancini@unespar.edu.br  
 0000-0002-3132-8346

Vania Beatriz Merlotti Herédia  
Doutora em História das Américas, Universidade de  
Caxias do Sul. E-mail: vbmhered@gmail.com  
 0000-0002-4743-3394

#### Resumo

O estudo tem como objetivo discutir possibilidades de turismo em locais de memória, como cemitérios. A escolha do Cemitério do São Rafael (Rolândia/PR) evidencia a força de seu patrimônio cultural enquanto lugar de memória do município. A análise aponta para diversas possibilidades de (re)significar lugares de memória com a história local, de seus protagonistas com vistas a estimular o turismo a partir das relações entre história, tradições, memórias e patrimônio.

*Palavras-chave:* patrimônio cultural; lugar de memória; turismo.

#### Abstract

The study aims to discuss possibilities of tourism in places of memory such as cemeteries. The choice of the São Rafael Cemetery (Rolândia/PR) highlights the strength of its cultural heritage as a place of memory for the municipality. The analysis points to several possibilities of (re)signifying places of memory with the local history, its protagonists, their achievements in order to stimulate tourism based on the relationships between history, traditions, memories and heritage.

*Keywords:* cultural heritage; place of memory; tourism.

DOI: 10.18616/rdsd.v10i1.8514

Recebido: 29/01/2024

Aprovado: 05/04/2024

## 1. Introdução

Os cemitérios são importantes instrumentos de compreensão de funcionamento de dadas sociedades pelo fato de representar formas de como as mesmas se organizam. Refletem valores materiais e imateriais, sociais, ideológicos, políticos, históricos e estético/artísticos, o que possibilita estabelecer interface com o patrimônio cultural, com a história social e com a história pública. Para autores como Fonseca (1997, p. 51), a questão do patrimônio pode envolver “o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas” e esses bens quando se referem ao passado, utilizam categorias que situam os indivíduos no tempo e no espaço. Na visão de Pollak (1992) os objetos materiais como os monumentos e museus são espaços privilegiados pois solidificam as memórias, atuando como pontos de referência de uma época passada. Assim, entende-se que a definição do patrimônio envolve uma escolha, a função de resguardar uma memória predominante, o que expõe uma relação de poder.

Escolher um bem e elegê-lo como patrimônio, pressupõe na renúncia de outros. Essas escolhas caracterizam o que deve ser lembrado, aquilo que será representativo de uma memória e de uma identidade, porém de forma subjetiva, evidencia também o que deve ser esquecido. Ao longo dos anos o conceito de patrimônio vem sofrendo ressignificações, fato que exige uma análise atenta sobre o sentido que se atribui a esse termo.

Atualmente, é possível notar uma diversidade de termos aliados ao patrimônio (étnico, genético, natural, histórico) (Choay, 2017), bem como uma infinidade de usos atribuídos aos bens, entre eles aqueles advindos do seu potencial turístico. Nesse sentido, é possível traçar um paralelo com os espaços cemiteriais. Geralmente associados à perda, tristeza, saudade, são locais de utilização pública e que, cada vez mais têm despertado interesse para o turismo.

O Cemitério pode ser caracterizado como local que reproduz construções interpretativas do imaginário social e pode ser classificado como patrimônio cultural da localidade, onde se localiza bens com valores simbólicos ligados à história, arquitetura, arte, crenças e ao culto popular. O lugar de repouso dos mortos sofreu significativas mudanças no tempo, e com isso assumiu papéis que ultrapassam os aspectos fúnebres. Esses lugares podem ter elementos significativos da memória e das tradições quando quer garantir que alguns bens sejam preservados. Como apontado por Halbwachs (2004), as memórias são constituídas a partir de experiências vividas, mantendo uma continuidade temporal em relação à história. O autor afirma que as memórias se fundam nas identidades dos grupos. Nessa visão, os espaços cemiteriais podem se relacionar com os aspectos históricos, culturais, sociais e artísticos dos locais e servem como suporte à constituição de memórias, histórias e identidades.

Conforme Castro (2008), as décadas de 1960 e 1970 marcam o início de um interesse pelos cemitérios, despertado pela busca de entendimento de valores patrimoniais e com possibilidades de ser utilizado pelo campo turístico como ferramentas de conhecer a história de estratos sociais, a arquitetura da época, relações de poder e história das mentalidades. Nessa direção, Nogueira (2013) coloca que esses espaços cemiteriais começam a ser utilizados com fins turísticos no sentido de conhecer uma série de valores do passado. Portanto, o interesse se sustenta na compreensão da cultura, de suas diversas tradições e de memórias construídas para mantê-las. A sustentação dessa premissa de cemitérios como espaços patrimoniais encontra-se nos registros que os mesmos são guardiões de uma memória.

O estudo trata do espaço cemiterial e de suas possibilidades de ser interface entre patrimônio cultural, memória e turismo. Tem como objetivo trazer dados para refletir sobre a importância desses espaços patrimoniais como locais de cultura, de memória, de tradição. O objeto de estudo trata do Cemitério do São Rafael, localizado na zona rural do município de Rolândia – PR, conhecido como Cemitério dos Alemães ou Cemitério Alemão. Esse cemitério que data de 1940, foi construído pelos imigrantes alemães que chegaram à cidade e que compõem a grande maioria das lápides do local, inclusive alemães judeus fugindo do regime nazista. Nesse local, além do cemitério, encontra-se a capela católica do São Rafael, também construída pelos imigrantes alemães, edificação com características típicas da cultura alemã. O cemitério em questão não é oficialmente declarado como patrimônio.

Devido às características da paisagem rural, a localização, arquitetura da capela, e algumas peculiaridades do cemitério – com muita vegetação e muitas árvores sobre os túmulos, lembra um jardim, a maior parte de suas sepulturas são feitas diretamente na terra – o local chama muito a atenção dos munícipes e visitantes, sendo hoje considerado um importante atrativo turístico do município.

Porém muitos munícipes visitam o local e não conhecem sua história, sua relação com os imigrantes ou a importância deste cemitério para o município. É desconhecido por muitos que naquele pedaço de terra, ao lado de uma capela e em meio aos campos semeados, repousam histórias repletas de luta, trabalho, sofrimento e amor. Repousam ainda as memórias de um grupo que possui significativa participação no desenvolvimento do município. Com o aumento de visitantes no local acredita-se que o atrativo deveria ser melhor explorado, trabalhando o cemitério enquanto patrimônio do município, que apresenta uma objetividade e subjetividade que poderiam ser mais bem utilizadas pelo turismo.

Acredita-se que o presente estudo contribui para os estudos e pesquisas no campo do patrimônio a partir de uma perspectiva crítica, que se propõe pela análise a discutir e tratar dos processos de patrimonialização e dos conflitos que os atravessam. Chuva (2012) propõe pensar novos paradigmas que operem com uma noção de patrimônio mais

integradora, que rompa com a configuração dicotômica da classificação material e imaterial. A orientação do estudo segue na linha da autora, e propõem questionamentos direcionados também a definição dos agentes autorizados a definir o valor do patrimônio; os valores e significados essencializados.

Tem-se ciência da necessidade de estudos sobre a utilização de bens culturais pelo turismo. O turismo pautado em uma lógica desenvolvimentista, que traz a exploração desenfreada dos lugares e das pessoas, o consumo exacerbado de um cenário criado, causa fragilidades irreparáveis e não pode mais se manter. É primordial pensar novos rumos para o desenvolvimento do turismo que possam ampliar com a dinâmica posta até então.

Dessa maneira, o estudo analisa as possibilidades para o desenvolvimento do turismo aliado à uma experiência educativa e cultural, que ultrapasse o interesse no local pelas características paisagísticas. A ideia principal se encontra em mobilizar um (re)olhar e uma (re)significação do local, por parte dos visitantes e principalmente dos moradores. Acredita-se que ações envolvendo o turismo e o patrimônio cultural podem contribuir para a compreensão de questões que se relacionam com a memória, bem como com a construção da identidade e pertencimento. Além disso, visto que o município busca o desenvolvimento de ações que consolidem a atividade turística local, é importante avaliar a possibilidade de diversificar a oferta turística, e oferecer experiências de qualidade para o turista, que busquem expor o atrativo em todos os seus aspectos, valorizando sua identidade e significado.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica e por meio de visitas *in loco*. As visitas tiveram como objetivo conhecer o local e verificar, além de seu sentido fúnebre, elementos que possam colaborar para a compreensão de seu significado enquanto patrimônio local. Para tanto, várias visitas foram realizadas, o que oportunizou contato com a capela, os túmulos, a disposição destes, os símbolos entre outras questões que se acreditou de importância para elaboração deste estudo.

## 2. Interfaces entre Patrimônio, Memória e Identidade

A relação com o passado, o vínculo com acontecimentos, a valorização do material, está presente de diferentes formas nas sociedades. Os diferentes períodos e as diferentes sociedades trazem características e formas próprias de se relacionar com o seu passado e com os elementos aos quais atribuem valor, dando continuidade ou fazendo escolhas seletivas. Quando falamos de forma mais específica sobre o patrimônio cultural, seu processo de construção e constituição com base em instrumentos jurídicos que passam a oficializar bens que podem, a partir de então ser reconhecidos como tal, temos uma prática característica dos Estados Modernos.

Palavra de origem latina, *patrimonium*, *pater* (pai) e *monim* (recebido) significa

“herança paterna. Herança familiar. Bens de herança, que segundo leis são transmitidos de pais para filhos” (Houaiss, 2020). A própria semântica do termo já sugere uma relação com um tempo que nos antecede, e com o qual estabelecemos relações mediadas por elementos que, acredita-se, pertencerem a uma herança coletiva. Estes elementos estabelecem nexos de pertencimento e metaforizam relações imaginadas, que em sua presença (estes elementos) adquirem materialidade (Guimarães, 2012).

A ideia moderna de patrimônio está ligada aos bens que emergem do social. Segundo D’Alessio, trata de

[...] uma forma de relação com o passado, um sentimento que revela o desejo de eternizar traços e marcas dos grupos humanos. Essa reflexão pretende partir da dimensão afetiva do impulso dirigido à preservação, porém historicizando-a, ou seja, colocando tal sensibilidade no tempo, com vistas a significá-la historicamente à medida que é transformada em patrimônio. Faz-se necessário precisar que a referida dimensão afetiva será tratada a partir da memória e da identidade, tomando-as como elementos da produção de historiografia e como fenômenos estruturantes das noções e práticas de preservação (D’Alessio, 2012, p. 79).

Já Choay (2017, p. 17) explica que se trata de um “bem destinado a usufruto da comunidade que se ampliou a dimensões planetárias constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum”. Remete ao desejo de estabilidade que compõe as construções identitárias. Nessa mesma direção, para Chuva (2020) é sempre um desafio falar sobre a noção de patrimônio, um termo polissêmico com diferentes entendimentos ao longo da história, envolvido em políticas públicas de memória e superdimensionado na atualidade, capturado por modismos e pelo mercado.

Neste estudo, patrimônio cultural é entendido como algo que é herdado pelas gerações anteriores, e que possui valor significativo para determinado grupo. Esse grupo se identifica com os bens relacionados, os reconhece e os preserva como representações do mesmo. Dessa forma, a valorização dos bens culturais está relacionada à sua valorização e significação individual e coletiva. Esses bens patrimoniais estão ligados à memória e identidade de um grupo.

Chuva (2013) complementa que o cerne da preservação está exatamente na atribuição de valor que transforma bens ou práticas culturais em patrimônios. Para autora, esta é a principal chave da questão: Valor para quem? Valor em que sentido ou perspectiva? Já que na atualidade diferentes grupos sociais estão presentes neste processo de atribuição de valor, e não mais o Estado-nação monopoliza essa função.

O processo de eleição de patrimônio envolve essencialmente escolhas. Estas escolhas, pressupõem por outro lado, renúncias, que caracterizam o que será lembrado, que elementos serão representativos da identidade de um povo, mas, indicam os elementos que serão esquecidos. De forma geral, é possível entender que os bens não “escolhidos” devem ser esquecidos, visto que não possuem características valorativas para se tornarem

patrimônio, porque não serão tombados.

Com base nesta exposição surge um questionamento que recai de forma específica ao estudo. Apenas bens tombados podem ser reconhecidos como patrimônio? O reconhecimento e atribuição de valor por parte da comunidade, independente do ato jurídico, não seria suficiente para que um bem adquirisse o status de patrimônio? O objeto analisado nesta pesquisa, como já colocado, não é tombado, ou seja, não é oficialmente declarado como patrimônio. Porém isto não exclui o fato de possuir grande significado e relevância para a comunidade. Estas perguntas se fazem relevantes na medida que analisamos o tombamento enquanto instrumentalização do passado com a criação de símbolos, signos, geralmente de poder e prestígio. Assim, coadunamos com a proposta de Chuva (2013), de que os grupos sociais devem cada vez mais participarem desse processo, em uma visão integradora de patrimônio. Acrescentamos ainda, que muitas vezes os bens locais, apesar de não serem tombados, podem adquirir um status de representatividade da história local, do processo de construção daquele município e comunidade, e, nesse sentido, serem considerados patrimônio.

Guimarães (2012) complementa expondo que esse processo é uma escolha e um ato valorativo que transforma objetos em patrimônios culturais.

É igualmente a partir de traços do passado que o patrimônio pode empreender sua tentativa de reconstrução de uma cadeia temporal e hereditária, vinculando as gerações presentes àquelas que as precederam, estabelecendo, por esse meio, importantes laços sociais necessários à vida das coletividades humanas. E aqui as relações entre patrimônio e memória são estreitas (Guimarães, 2012, p. 100).

Portanto a pesquisa tem intenção de olhar para o patrimônio enquanto marcação simbólica, enquanto carregado de sentido, histórias e memórias; tratar de um patrimônio que rompa com a postura teórica de ver patrimônio como identidade nacional e examinar possibilidades de outras identidades que conversem com valores de grupos sociais instalados em territórios específicos. É no contexto das identidades plurais que se localiza o principal entendimento de patrimônio aqui referenciado. Paiva (2015) expõe que a noção de patrimônio apresenta variações relacionadas às questões e problemas ligados a contextos históricos e literatura sobre o tema, porém essa pluralidade de conceitos apresenta como consenso o fato de que o patrimônio está atrelado à uma multiplicidade de sentidos e valores, bem como a identidade e memória de seus detentores. Coloca que:

De fato, ele evoca um conjunto de valores que, à semelhança da memória, dependem de um enraizamento mais ou menos profundo na dimensão 'sensível' das identidades pessoais e sociais, das afinidades religiosas, das culturas populares e até mesmo das mitologias (Poulot, 2001 *apud* Paiva, 2015, p. 215).

Neste contexto, Chuva (2020) corrobora que na atualidade as discussões sobre o patrimônio devem ir além de sua natureza material ou imaterial. Para a autora o mais importante é olhar para sua essência como fruto de saberes e valores atribuídos.

Por isso mesmo, patrimônio não é um dado, é uma conquista, é um direito. Como

apontado por Ulpiano Meneses, os valores são atributos históricos, se transformam e devem ser pensados em um campo de lutas por direitos conquistados através do patrimônio e/ou um campo de lutas por direito ao patrimônio (Chuva, 2020, p. 29).

Discutir o patrimônio sob esta perspectiva é também tratar do direito à memória, e entender a atualidade destes temas. Segundo Paul Ricoer (2008), a memória é fragmentada e pluralizada, e se aproxima da história pela busca da verdade. No entanto, ela é um objeto da história e pode se apresentar passível de manipulações políticas e ideológicas, na mesma medida que o patrimônio, sendo uma “materialização” da memória é também um campo de disputas e tensões entre a memória oficial e a memória social pelo poder da narrativa sobre determinado evento. Como afirma Le Goff (1996), “o patrimônio se situa entre a memória e a história”. Tanto a memória quanto o patrimônio constituem

[...] forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silenciamentos da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1996, p. 422).

A memória constitui-se a partir das experiências vividas, podendo estas serem individuais ou coletivas, mantendo sempre uma linha de continuidade temporal com o presente através da história. Halbwachs (2004) aponta que toda memória é coletiva, mesmo quando vivida individualmente, isto porque as lembranças estão vinculadas as experiências vividas de forma coletiva.

Nesse sentido, entende-se a memória como uma construção social, visto que não se refere a lembrança dos indivíduos somente, mas destes indivíduos inseridos em um contexto familiar ou social, fazendo com que suas lembranças sejam permeadas por inferências coletivas moralizantes ou não. Para Halbwachs (2004) toda memória se funda em identidades de grupos. As lembranças ativadas pela memória são filtradas, destacando o que queremos lembrar, o que de certa forma é significativo para determinado grupo. O autor explica que a memória social, exterior ao indivíduo, guarda eventos acontecidos há muito. Essa memória conserva os fatos acontecidos na sociedade à qual o indivíduo pertence. O indivíduo pode recorrer a esta memória coletiva para saber sobre fatos que não testemunhou e que fazem parte do seu passado e de sua comunidade.

Amplia essa conceituação, a análise de Jan Assmann (2008) quando utiliza o conceito de memória cultural como “uma forma de memória coletiva, no sentido de que é compartilhada por um conjunto de pessoas, e de que transmite a essas pessoas uma identidade coletiva, isto é cultural” (ASSMANN, p. 118). A explicação que dá de memória cultural, pela influência de Durkheim, é marcada pela característica da objetividade e da exterioridade.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Para Assmann, a memória cultural é um “tipo de instituição. Ela é exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons das palavras ou da visão de gestos, são estáveis e

Nesse sentido, é oportuno questionar o que se quer guardar como memória de um grupo ou de uma sociedade? Batista (2005, p. 29) afirma que a memória é sempre atual visto que a qualquer momento é possível evocá-la. “É vivida no eterno presente; aberta à dialética da lembrança e do esquecimento; alimenta-se de lembranças vagas, telescópicas, globais e flutuantes; e cria sentimento de pertencimento e identidade, etc”.

De acordo com o autor, ao mesmo tempo que um grupo quer esquecer, outros testemunharam acontecimentos que querem guardar contra o esquecimento, para que manter viva a memória. “É a luta pelo não esquecimento. Surge aí a resistência de grupos que não querem esquecer suas memórias pelo contrário querem preservá-las e perpetuá-las, para que as futuras gerações saibam dos acontecimentos por ali passado (Batista, 2005, p. 29). Sobre isso, Pollak (1992, p. 9) afirma,

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum.

Assim, o que se pode chamar de memória histórica constitui-se em um fator de identificação humana. É possível reconhecer através da memória o que distancia e o que aproxima os grupos e a identidade cultural define o que cada grupo é, e o que o diferencia de outro.

Pollak (1992) caracteriza a memória como elemento constituinte da identidade tanto individual quanto coletiva, na “medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si” (p. 204).

A ligação existente entre memória e identidade é tão profunda que o imaginário se alimenta desta para se autossustentar e se reconhecer como expressão de um povo. Para Barretto (2000), o conceito de identidade implica o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada onde os membros mesmo que não se conheçam partilham uma mesma história, uma mesma tradição. Manter essa identidade é essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas a seus antepassados, a um território, a costumes e hábitos que lhes transmitem segurança e que lhes comunicam quem são e de onde vêm. A identidade social para Martins trata do conhecimento do indivíduo ao pertencer a determinado grupo social, unido ao sentido emocional de pertencer, fazer parte. A partir de aspectos culturais é que se determinam identidades individuais e coletivas, sendo que por outro lado os processos de identificação são determinados não apenas pelas semelhanças, mas também pela hierarquia das diferenças. A identificação das diferenças torna-se

---

transcendentes à situação: elas podem ser transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra” (2016, p.118).

fundamental para que o indivíduo se reconheça e se defina. Assim, quando a comunidade toma consciência de suas referências culturais próprias dá-se o que Aguirre (1997) chama de patrimonialização, ou seja, a “materialização” de costumes, tradição, modos de ser e viver de uma comunidade.

Quanto mais as sociedades contemporâneas se reconhecem como multiculturais, mais a cultura ganha visibilidade e interesse por aqueles que procuram identificar o lugar ocupado por seu grupo.

O patrimônio cultural emerge, neste sentido, aliado à problemática dos direitos, da cidadania e da democracia; pode também ser instrumento de reforço e cristalização de identidades, pertencimentos e memórias que residem aos processos de integração cada vez mais presente neste tipo de sociedade.

Assim, da cultura material e intangível ao reconhecimento de novos agentes, da incorporação de novas atribuições de valores ao alargamento das heranças do passado, a noção de patrimônio cultural foi cunhada para abranger uma gama variada de remanescentes do passado bem como seus sujeitos produtores, suas demandas por reconhecimento político frente ao Estado e à sociedade (Paiva, 2015, p. 215).

Os patrimônios se relacionam com os conceitos de memória e identidade quando se apresentam como “objetos” presentes, pertencentes e apreciados pelos grupos. Possuem um sentido para os indivíduos que facilmente são decifrados e entendidos.

## 2.1 Cemitérios como Patrimônio Cultural

Os patrimônios se relacionam com os conceitos de memória e identidade quando se apresentam como “objetos” presentes, pertencentes e apreciados pelos grupos. Possuem um sentido para os indivíduos que facilmente são decifrados e entendidos.

Os cemitérios podem ser entendidos e analisados enquanto patrimônio cultural visto que contemplam cultura, memória, identidade e arte, além de outros significados relacionados à vida social. Os cemitérios são espaços construídos socialmente, onde ocorrem diferentes práticas sociais, permitindo a leitura cultural da sociedade onde insere-se. Lugares fundamentais na construção de memórias e narrativas que entrelaçam o tempo-espaço das sociedades que os originou.

Monastirsky, Guimarães e Batista (2017), explicam que a organização da cidade dos mortos, as capelas, os mausoléus, a ornamentação, as lápides, enfim, todos os elementos visíveis bem como a dimensão simbólica e imaterial que envolve esse espaço permitem interpretações e entendimentos a respeito da história, costumes, cultura e organização social.

Nogueira (2013, p. 29) explica que o cemitério se caracteriza não apenas como um equipamento urbano necessário, mas como “sítios representativos do cotidiano, estilo de vida, escolhas e dos prestígios das classes que os utilizavam”. O conhecimento sobre qualquer sociedade ficará incompleto se não incluir o seu cemitério que traz em seu interior

construções interpretativas do imaginário social. Fonseca (2000) mostra que a inclusão de temas não convencionais nas discussões de novas referências culturais desloca a atenção exclusiva da perspectiva dos valores excepcionais, para o campo das atribuições de sentidos e valores aos bens. O patrimônio pressupõe a captação de representações simbólicas, e a relação entre elas, construindo um sistema que represente determinado contexto ou grupo social. Nesse sentido, o cemitério caracteriza-se como uma “nova concepção de referência cultural”.

Para Nogueira (2013) essa noção moderna de patrimônio encontra legitimidade pois, nestes bens encontram-se as esperanças de reconhecimento e pertencimento já que parecem estar relacionados a um valor de uso e identitário, características intrinsecamente ligadas às ações de valorização patrimonial. A partir deste entendimento, os cemitérios corroboram com a possibilidade de preservação de memórias individuais e coletivas, manifestação de crenças religiosas, ideias e posturas políticas, entre outros aspectos que representam determinado grupo.

O cemitério enquanto patrimônio cultural ajuda a entender que grupos sociais possuem relação com o lugar ou espaço, que se torna socialmente significativo ao integrar a vida cotidiana destes grupos que inscrevem nesses espaços suas histórias coletivas, mesmo que no momento da morte. A continuidade das ações pelas gerações seguintes, que se utilizam do mesmo espaço e possuem interesses comuns, desenvolvem atividades que garantam o vínculo com o lugar, evidenciando o pertencimento a ele. É o grupo social que constrói e atribui significado ao lugar.

Conforme Halbwachs (2004), a memória ser processada internamente, ela precisa de um espaço físico para ser ativada e estimulada, pois não se projeta no vazio. Estes lugares socialmente construídos tornam-se referenciais de espaços para a projeção da memória. Sob este prisma é possível utilizar a ideia desenvolvida por Pierre Nora (1993) que afirma ser necessário a criação dos lugares de memória, visto que não há memória espontânea.

Não se pode negar que a rapidez do processo de mudanças pelo qual o mundo tem passado acompanhado pelo processo de globalização contribui para o sentimento de perda do sentido do passado e traz um impacto sobre a constituição da identidade, tanto individual quanto coletiva. Nora (1993) coloca que uma consequência desse fenômeno é a proliferação da construção desses lugares de memória na busca de um resgate histórico, uma necessidade dos indivíduos e coletividades retomarem seu passado, na busca de elementos que permitam uma restauração de sua identidade.

Segundo o autor, lugares de memória são locais materiais ou imateriais onde se fixam as memórias coletivas, onde se cruzam memórias pessoais, da família e da comunidade. Para Silva, Carvalho e Gaspar (2017) os cemitérios se constituem em “espaços de memória, no sentido de que instigam lembranças e, simultaneamente, as instituem e/ou

cristalizam, constituindo-se em um vetor para a compreensão e o ensino da história local”.

Nogueira (2013, p. 35) traz o conceito de patrimônio cemiterial quando afirma que

O patrimônio cemiterial não é apenas aquele registrado em materiais tangíveis como obras, fotos e inscrições, mas o que todo esse conjunto pode representar, ou seja, o que se pode evocar do passado através dessa materialidade. São representações da memória que se encontram preservadas no patrimônio cultural funerário, sendo tais representações dos pontos que ativam a memória que nos serve de alicerce para o futuro, proporcionando transmissões de culturas de outras gerações, além de constituir material para a construção de identidades culturais.

O patrimônio cultural, como exposto, é o documento identitário de um grupo social, que atua como testemunho a ser salvaguardado do desaparecimento, permitindo um nexo entre gerações, podendo, dessa forma, o cemitério ser entendido como patrimônio cultural. Assim faz-se necessário preservar o cemitério como patrimônio histórico e cultural de uma determinada sociedade.

A Constituição Federal do Brasil, em seu art. 216, estabelece que seja considerado patrimônio cultural: [...] os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - o modo de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 240). Os espaços cemiteriais, da mesma maneira que elementos que compõem o conjunto da produção humana, podem ser apropriados como representantes ou como bens de referência cultural para determinado grupo ou lugar.

Tavares, Braham e Ribeiro (2019) consideram que os “campos santos”, poderiam ser considerados bens ou espaços a serem preservados por diversos motivos, entre eles seu caráter identitário, memorialista, pelas diferentes manifestações artístico-culturais presentes em suas construções funerárias e pelos rituais realizados. Reitera-se a ideia já exposta, que as teorias e discussões sobre o patrimônio na atualidade devem ir além de sua natureza material e imaterial, e olhar para sua essência. Nesse sentido, acreditamos que pensar os cemitérios enquanto bens culturais, seria entendê-los como elementos de relevância e representatividade para determinado grupo ou coletividade, carregados de elementos materiais e imateriais que podem e devem ser reconhecidos. De acordo com Castro (2010), o que se busca por meio de ações preservacionistas deve ser a evidência dos valores culturais o significado, nesse sentido o que se preserva não é a coisa física em si, mas a união de elementos materiais e imateriais. No Brasil e no exterior é possível observar associações, declarações, leis, tombamentos e diferentes ações que têm lançado novos olhares e novas questões sobre a preservação do patrimônio funerário.

Quando se volta especificamente ao Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão que realiza trabalhos de fiscalização, identificação, restauração e preservação dos monumentos, sítios e bens móveis brasileiros segundo Castro (2008), aborda os cemitérios e itens funerários como um bem patrimonial.

[...] existem desde a década de 1930 tombamentos específicos de cemitérios ou de partes de conjuntos funerários como, por exemplo, túmulos, estátuas funerárias e portões de entrada, realizados por este órgão. São elementos que formam o patrimônio funerário brasileiro, entendido no contexto desta análise, como conjunto de elementos materiais e imateriais presentes em locais de sepultamentos ou cemitérios (Castro, 2008, p. 2).

Ainda de acordo com Castro (2008), até o ano do estudo o órgão totalizava um quantitativo de quinze tombamentos direcionados a cemitérios e partes de seus conjuntos efetuados pelo órgão governamental.<sup>2</sup> Apesar de, quando comparado aos demais tombamentos realizados pelo órgão o quantitativo não se mostrar expressivo, já se considera um ganho e um reconhecimento. É preciso ressaltar que além de iniciativas federais, alguns Estados também já incluem espaços cemiteriais em seu conjunto de bens patrimoniais.

Em âmbitos gerais, o Governo do Paraná, publicou em 2024 uma cartilha de orientação do seu patrimônio cultural com vista a esclarecer questões referentes a tombamento e a proteção de bens materiais e imateriais. De acordo com Haluch<sup>3</sup>, a cartilha tem como objetivo promover o “entendimento de alguns conceitos e normas que envolvem os bens tombados no Paraná”(PARANÁ, 2024, p. 5). A Secretaria Estadual de Cultura conta com a Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) que é encarregada dos assuntos relativos à preservação. Suas ações referem-se às medidas necessárias ao tombamento, à restauração, à conservação e à divulgação desses bens culturais. É importante citar que para além do tombamento existem algumas ações e projetos no sentido de conscientização, reconhecimento e identificação dos bens. Para Luporini (2009) o governo de Estado por meio da Secretaria da Cultura busca a implementação de uma consciência preservacionista nos municípios paranaenses, apesar de não haver efetivamente uma democratização e socialização do conhecimento.

---

<sup>2</sup> Em estudos recentes, verificou-se a grande quantidade de artigos e dissertações sobre os temas Cemitérios, patrimônio cultural, sendo que alguns destes também abordavam o tema do turismo. Acredita-se ainda, que, o número de cemitérios tombados possa ter aumentado desde os estudos citados, porém o objetivo deste estudo se atém mais em analisar um baixo quantitativo dos tombamentos destes bens quando comparados a outros, bem como as possibilidades de outras ações de preservação, muito mais do que ter um quantitativo dos tombamentos.

<sup>3</sup>A cartilha de orientação do patrimônio cultural foi elaborada entre 2023-2024 sob a responsabilidade da equipe da Secretaria de Estado da Cultura. A chefe de Coordenação do Patrimônio Histórico Norma Haluch diz que a “a cartilha será um instrumento de transformação e desmistificação do patrimônio cultural”. In: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Guia-de-memoria-Estado-publica-Cartilha-de-Orientacao-do-Patrimonio-Cultural>. Acesso em 31/03/2024.

Ainda é preciso citar que a cartilha de orientação elaborada estimula e explica sobre a Educação Patrimonial, ação indispensável no processo de preservação, conhecimento e apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio. "No caso da Coordenação do Patrimônio Cultural, a questão educativa torna-se um dos instrumentos para promover ações voltadas à conservação, recuperação, divulgação dos bens protegidos pelo tombamento" (PARANÁ, 2024, p. 16). Quando falamos especificamente sobre os cemitérios, é possível citar alguns exemplos de espaços reconhecidos como o Cemitério São Francisco de Paula em Curitiba e Cemitérios dos Caboclos em Paiçandu.

Em aspectos gerais os cemitérios refletem o desenvolvimento social, cultural e histórico das cidades, agrupam arte, memória, símbolos, valores, hábitos, organização e significação individual e coletiva. Contam histórias, mantendo a memória preservada e permitem o conhecimento da formação histórica de uma comunidade por meio de seus túmulos. Dialogam com a vida e a morte, possuem simbologias e representam a memória individual e coletiva. Nesse sentido, acabam, se tornando também, muito atraentes para turistas. Tavares, Braham e Ribeiro (2019) explicam que, se os cemitérios forem compreendidos como objeto de interesse histórico, artístico e cultural podem configurar diferentes usos incorporando novos sentidos e significados como museus a céu aberto, tendo o acervo constituído pelos objetos funerários materiais e imateriais; sítios históricos evidenciando a memória de uma localidade. Além disso os autores explicam que os espaços em questão podem ser observados como espaço de lazer educativo, constituindo-se em uma atração para o turismo.

### 2.1.1 Cemitérios e Turismo

Turismo cemiterial, *dark* turismo, turismo de cemitério, necroturismo, turismo mórbido são alguns dos nomes dados ao segmento de turismo que tem como motivação a visita a cemitérios. Independente da nomenclatura dada a atividade, o presente estudo busca evidenciar o interesse para as visitas em cemitérios, e que estas podem ser impulsionadas pelas mais diversas motivações.

Trata-se de uma área de pesquisa recente no turismo, e não possui uma padronização de denominações e definições, e estas, muitas vezes aparentam estar relacionadas a algo mórbido, funesto. Porém é importante ressaltar que uma visita a um cemitério, não necessariamente tem como motivação o interesse por estes aspectos. Tavares, Quevedo, Brahm, Segovia e Colvero (2015, p. 200), apontam que "a arte tumular, iconografia, arquitetura, história, e personalidades ali sepultadas são os itens que mais motivam o turista a se deslocar até as necrópoles". Queiroz (2007) afirma que houve um aumento na procura pelo espaço cemiterial, a partir de 1990. Porém, esse interesse no Brasil é ainda algo incipiente, provavelmente porque existe uma menor conscientização da sociedade sobre o tema. De qualquer forma, pensar o cemitério como instrumento para o turismo implica compreender os vínculos que os unem e como esses se estabelecem.

O turismo enquanto atividade dinâmica, não se restringe a locais pré-determinados, oferecendo uma infinidade de opções aos turistas. Por esse motivo, o cemitério pode ser entendido como um produto turístico, principalmente quando possui características paisagísticas diferenciadas, históricas, artísticas ou abriga túmulos de personalidades.

Verifica-se também a questão do turismo cultural, ou a aliança entre o turismo e patrimônio que pode estar presente nessa discussão. Segundo Nogueira (2013, p. 36), essa união pode “proporcionar significativas mudanças na sociedade, uma vez que um equipamento tradicional, transformado em atrativo turístico, pode gerar renda, inserção social e comunitária, educação, valorização do próprio espaço e seu entorno, manutenção regular da área, entre outros benefícios”.

De acordo com o exposto neste artigo, os cemitérios caracterizados como patrimônio cultural são entendidos também como lugares de memória, guardam dentro de si lembranças, aspectos culturais de uma sociedade, e podem ter funções na difusão de informações, conhecimento cultural, sociológico e educacional, a partir de sua utilização para o turismo.

Silva, Carvalho e Gaspar (2017, p. 11) explicam que “pensar, conhecer e vivenciar o espaço cemiterial é compreender parte importante das manifestações culturais da sociedade que organiza e dá sentido a esse espaço, suas sepulturas e estátuas, além de homenagear a um sujeito, carregam em si, parte da história da cidade”. Para Queiroz (2007), o turismo em cemitérios, traz, além do já citado, algumas vantagens práticas a estes espaços, visto que o aumento de visitantes pode despertar a consciência das entidades que tutelam os cemitérios para sua conservação e restauro. Assim, afirma-se que ao pensar o cemitério como um lugar de cidadania e cultura, não há motivos para que o turismo não aconteça nele. É possível o desenvolvimento de experiências significativas em um cenário multidisciplinar e educativo. Em muitos países do mundo, o cemitério é um reconhecido atrativo turístico. Tavares *et al* (2015, p. 201) citam os cemitérios europeus como os mais conhecidos pelo mundo

[...] começando pelos franceses (Père Lachaise, Montparnasse, Montmartre); seguidos pelos cemitérios ingleses (Highgate e Golders Green Crematorium). Na América do Sul lidera o Cemitério da Recoleta, em Buenos Aires, seguido dos cemitérios brasileiros, da Consolação e do Morumbi, em São Paulo, e São João Baptista, no Rio de Janeiro.

Além dos aspectos já expostos, os cemitérios são ainda vistos como locais por onde se podem percorrer jardins arborizados e desfrutar de momentos de paz e tranquilidade. É a principal característica que motiva a visita ao Cemitério do São Rafael em Rolândia no Paraná. Com características bastante peculiares, parece um jardim e possui uma paisagem que realmente chama atenção.

### 3. O Cemitério do São Rafael e as Possibilidades para o Turismo

O cemitério do São Rafael está localizado no município de Rolândia, norte do Paraná, é conhecido como Cemitério Alemão ou Cemitério dos Alemães, relacionado a imigração alemã no município. A etnia alemã é, juntamente com a italiana e japonesa a de maior relevância na imigração do município. Por vários motivos os alemães tiveram grande expressividade e até hoje Rolândia é reconhecida como uma “cidade alemã”.

Sobre a escolha do município por alemães Schwengber (2011, p. 259), traz informações dizendo que a cidade recebeu três categorias de alemães, sendo eles: “alemães-judeus, alemães não judeus provenientes da Alemanha, e alemães que vieram do sul do Brasil, principalmente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul”. A autora ainda menciona relatos do Dr. Geert Koch-Weser, concedida ao Instituto Hans, sobre a situação numérica de judeus e alemães que imigraram para Rolândia

[...] Não foi numerosa, como se alega, a imigração de judeus banidos de sua pátria. Ela começou somente quatro anos após a fundação da Colônia (Rolândia), e não se tornou de nenhum modo quantitativa, mas em compensação, tanto mais significativa e qualitativa...[...] Assim, das cerca de 400 famílias de alguma origem alemã (remota ou recente), apenas cerca de 80 eram emigrantes recentes da Alemanha; destas tinham sido motivadas a emigrar para Rolândia, por motivos políticos, cerca de 10 famílias de verdadeira origem judaica (segundo as infelizes concepções do Hitler, seriam 15, marcadas por ‘aspectos de raça’); cerca de 45 famílias por motivos católico-religiosos. As restantes 320 famílias, ou seja, 4/5 vieram somente por motivos econômicos, tanto da Alemanha como das superpopulosas colônias alemãs surgidas já no século XIX no Sul do Brasil. Estes teuto-brasileiros, por sinal, eram importantes para a colônia de imigrantes, deveria estabelecer-se um certo percentual de pessoas com cidadania brasileira (Schwengber, 2011, p. 259).

A colonização alemã no município teve início nessa região, em 1932, em meio à mata virgem. O terreno onde se encontram a capela e o cemitério foi doação do pioneiro *Josef Renz*, que comprou seu sítio naquele local em 1933 e a capela foi idealizada pelo suíço *Nikolauss Steiner* sendo que o projeto foi de Dr. *Rudolf Gair*.

Em 1936 a comunidade alemã, já bastante numerosa, se caracterizava pelo predomínio da religião católica<sup>4</sup>. A primeira construção foi em madeira, coberta de tabuinhas de Tamburi, bastante semelhante às igrejas das pequenas cidades europeias. Na torre de madeira foi instalado um sino e foi inaugurada no Dia de Pentecostes, em 1937<sup>5</sup>. O nome São Rafael foi escolhido em homenagem à “Associação São Rafael de Hamburgo,

<sup>4</sup> Documentos retirados do Museu Municipal de Rolândia.

<sup>5</sup> Especificamente sobre o objeto deste estudo, segundo informações encontradas no Museu Municipal de Rolândia, a estrada que leva à Comunidade São Rafael “é um prolongamento da Avenida Erich Koch Weser, que se inicia em frente à Chácara Rolândia, na entrada de Rolândia para quem vem de Londrina ou de Cambé. Naquela esquina, funcionava a venda de ‘secos e molhados’ do pioneiro Willy Dietz”. A estrada de terra é popularmente conhecida como Estrada de São Rafael, porém no início “[...] era conhecida como “Schlangenberg”, que significa “Caminho das Cobras” em alemão”. Atualmente se destaca como um importante atrativo turístico do município. Cinco quilômetros adentro da estrada, estão a Capela e o Cemitério do São Rafael.

entidade católica que prestava assistência aos imigrantes”, além do fato de Rafael também conhecido como São Rafael Arcanjo ser um arcanjo comum às religiões judaicas, cristãs e islâmicas.

O quadro acima do altar, o anjo São Rafael e o jovem Tobias, foram doação da senhora Agnes Heilig, que veio de Zurigo, na Suíça, para se casar com o pioneiro suíço Nikolaus Steiner, que por muitos anos cuidava da capela e ajudava nos sepultamentos dos pioneiros no cemitério ao lado. Nos primeiros anos vinha um missionário de Londrina para celebrar duas vezes por mês a Santa Missa. Em 1956, o Bispo de Jacarezinho sugeriu a construção de uma capela maior em alvenaria. A nova capela foi projetada por um arquiteto de São Paulo, irmão do pioneiro Hermann Bresslau. Construída com a ajuda de toda a comunidade e inaugurada em 1958, a capela destaca-se pela sua torre de pedras e hoje se tornou uma importante atração turística. (DOCUMENTOS MUSEU MUNICIPAL DE ROLANDIA).

O cemitério surge em 1940, conhecido como “Cemitério Alemão ou Cemitério dos Alemães”, visto que a grande maioria de suas sepulturas são de imigrantes alemães e descendentes. “A primeira sepultura é da senhora Paula Haussler, que faleceu em 14 de junho de 1940, quando ajudava o marido na derrubada da mata e foi tragicamente atingida por uma árvore em queda” (São Rafael, 2020).

Figura 1: Atual Capela do São Rafael.



Fonte: São Rafael (2020).

O cemitério alemão apresenta algumas peculiaridades; possui muita vegetação e árvores sobre os túmulos, o que remete a imagem de um parque ou jardim. A maior parte das sepulturas são feitas diretamente na terra, não havendo, portanto, carreiras. Porém, os aspectos social e histórico deste cemitério caracterizam-se como seus elementos mais importantes. Ele tem seu surgimento totalmente relacionado à história do município e guarda as memórias e identidade de seus primeiros imigrantes, que, em meio ao conflito mundial que ocorria na Europa, buscaram terras para manter suas famílias e sobreviver em outro continente.

Figura 2: Vista dos Túmulos.



Fonte: Kaczor 74 (2013).

No caso específico dos judeus que chegaram em Rolândia, estes procuraram se integrar à comunidade, em locais que não necessariamente fossem identificados pela sua etnia. Contudo, existem indícios que, a identidade judaica fora, dentro de possibilidades e de forma bastante discreta e sigilosa, mantida. Soares (2010, p. 67) aponta a presença de uma identidade possível longe da vida comunal organizada, utilizando de “subterfúgios para ocultá-la, já que na região havia a presença de simpatizantes ao nazismo, e mesmo de nazistas”. Foi no cemitério que esses judeus conseguiram expressar sua crença e identidade, podendo então encontrar no Cemitério do São Rafael túmulos judaicos, ou com características judaicas seguindo as tradições e recomendações da sociedade mortuária.

No cemitério do São Rafael, as manifestações do judaísmo no túmulo são mais evidentes e, portanto, mais próximas da tradição judaica. A reivindicação da origem judaica na hora da morte, mesmo após toda intolerância e restrição sofridas ao longo dos anos nos chama a atenção e faz acreditar que, de alguma maneira, tais judeus-alemães constituíram um grupo étnico negando todas as evidências que aparentemente saltam na observação do campo de pesquisa (Groh, 2009, p. 228).

O cemitério se apresenta como o testemunho destes judeus que os transformaram em um espaço de tolerância e liberdade e podem ser reconhecidos como um patrimônio ao qual está associado o desejo de lutar contra o apagamento das experiências humanas, não apenas do grupo judeu, mas de todos que deixaram sua pátria em busca de aceitação.

Chama a atenção, as duas fileiras de sepulturas, de crianças, vindo a seguir as dos adultos. Do lado esquerdo eram enterrados os judeus e evangélicos, e os católicos do lado direito, porém, esta separação já não existe. Nesse cemitério estão enterrados alguns pioneiros mais conhecidos como *Erich Koch-Weser*, *Oswald Nixdorf*, entre outros. O cemitério atualmente é administrado pela Prefeitura Municipal (São Rafael, 2020).

Nos primeiros anos de funcionamento do cemitério, apenas alemães eram lá sepultados, porém, devido a diversas mudanças culturais, casamentos mistos e outros fatores, hoje essa característica não se aplica mais. Muitos descendentes dos imigrantes alemães, principalmente os judeus, fazem questão de serem enterrados junto aos seus.

Como já colocado anteriormente, o local não é oficialmente reconhecido como patrimônio, porém, é nítida a relação que possui com os moradores. Arantes (1987) explica que é uma prática comum nos serviços brasileiros ter relativamente pouca reflexão sobre aspectos da questão preservacionista, além de falta de conhecimento dos moradores em geral sobre o processo de tombamento, o que resulta em casos como esse em que o sentido da preservação do bem, sua marcação simbólica ultrapassa as características formais. O autor ainda complementa que nessas situações os patrimônios servem como impulsionadores identitários de grupos com menor representatividade, mas nem por isso deixam de ser legítimos.

Atualmente o setor responsável pela identificação, reconhecimento, conscientização e preservação dos bens é a Secretaria de Cultura e Turismo. É possível notar diversas ações realizadas pelo órgão no que diz respeito aos bens culturais do município, visando a sua divulgação, conscientização por parte da comunidade, valorização da história de diferentes grupos, educação patrimonial com escolas e com adultos. No entanto ainda existe um longo percurso a ser percorrido. Existe uma Lei de Preservação do Patrimônio, a Lei N°2.878/2001 que institui normas de preservação do patrimônio histórico e da memória da cidade. Este documento é bastante objetivo e não dá conta de normalizar e estimular as ações de proteção e salvaguarda dos bens materiais e/ou imateriais, prevendo apenas o tombamento de bens materiais que forem anteriores à década de 1950. Fica claro que a noção de patrimônio que direcionou a elaboração desta lei precisa ser revista, discutida e atualizada com vista a ampliação do conceito. Além disso, a citada Lei prevê a criação da Comissão Municipal de Preservação Histórica de Rolândia, que até o presente momento não foi criada.

Sabe-se que existe um esforço por parte da Secretaria de Cultura e Turismo para que a criação da comissão aconteça ainda neste ano de 2024 e que ações mais pontuais estão sendo realizadas nesse sentido. No que diz respeito a bens oficialmente reconhecidos (tombados), a cidade conta atualmente com dois bens, o antigo prédio da Estação Ferroviária que abriga o Museu Municipal, e o Armazém da Estação Ferroviária.

É de interesse que novos mecanismos de preservação sejam criados e também que essa Lei seja reformulada, além de no momento, se pensar na possibilidade de novos tombamentos para o município, sendo estes a Estátua Roland, alguns túmulos do Cemitério Central, e o Cemitério do São Rafael, objeto central deste estudo.

É muito importante citar que o Cemitério Alemão é objeto de Estudos e Pesquisas realizadas por alunos do curso de História da Universidade Estadual de Londrina, em projetos de Iniciação Científica para o curso de graduação e mestrado. Diversas publicações trazem a tona a importância do local discutindo temas como patrimônio, religiosidade, identidade e memória.

Pollak (1992) comenta, tendo como referência Durkheim que, os pontos de identificação, entendidos como lugares de memória, relacionam-se a memória coletiva de um grupo, despertando e reforçando seu sentimento de pertencimento e coesão social pela adesão afetiva que este grupo tem a determinado local. É neste sentido, que podemos afirmar que o Cemitério do São Rafael pode ser entendido como um bem representativo do patrimônio cultural do município de Rolândia – PR.

### 3.1 Turismo no Cemitério do São Rafael: conhecimento, cultura e lazer

O Cemitério do São Rafael e a Capela São Rafael são vistos como importantes atrativos turísticos do município de Rolândia. Muitos moradores apreciam as características e paisagem desse local, parada de muitos visitantes. O local é lembrado pelos visitantes<sup>6</sup> pelo estilo europeu em pleno norte do Paraná, pelas suas características peculiares, com muitas árvores e vegetação, lugar calmo, tranquilo, com paisagens incomparáveis.

Figura 3: Imagem Aérea Capela e Cemitério



Fonte: Capela do São Rafael (2021).

Cabe ressaltar que a análise está embasada em uma concepção de turismo que rompa com a visão massificadora da atividade. Quando se trata do patrimônio cultural, esse tipo de turismo faz uso de um cenário, e propõe a cultura como pano de fundo para as

---

<sup>6</sup> No ano de 2020, aumentaram as visitas ao local pois, devido às restrições impostas pela pandemia do SARS COVID, muitas pessoas buscaram lugares ao ar livre, tranquilos, sem aglomerações, que propiciassem visitas sem hospedagem. Porém, apesar de saberem que se trata de um cemitério alemão, ligado aos imigrantes do município, muitos visitantes e moradores desconhecem a importância histórica e social que este possui.

mais diversas performances artísticas, musicais ou folclóricas, que ganham valor por se tornarem um objeto a ser consumido por diversas atividades, principalmente o turismo de massa. A imagem do destino turístico deve se manter, e para tanto, a cidade é maquiada, as comunidades marginalizadas são removidas (à força ou pelo aumento do custo de vida), as regiões são "revitalizadas", os edifícios antigos são atualizados em versões rejuvenescedoras, as manifestações teatralizadas.

A popularização e comercialização do patrimônio expressa uma condição da sociedade contemporânea, que de forma massiva e fugaz consome as referências culturais em suas mais diversas formas de manifestações. O processo de patrimonialização permanece acompanhando o contexto social, político, ideológico, histórico e econômico da sociedade onde está inserido, e inevitavelmente, sofre seus impactos. Nesses casos, o consumo adota seu papel mais perverso, e o patrimônio espetacularizado é visto apenas como um bem a ser consumido.

O que aqui busca-se enfatizar, é a grande necessidade de se manter, diante de grandes mudanças vivenciadas, os estudos e esforços para que a redefinição dos conceitos e sentidos do patrimônio sejam constantes. Nesse sentido Canclini (1994, p. 95), aponta uma questão a ser considerada "Como, então, devemos redefinir o patrimônio cultural, de acordo com as condições históricas, sociais e comunicacionais deste fim de século? "

Para fins deste estudo, vê-se a valorização do local em detrimento de valores globais um grande aliado para fugir da massificação e espetacularização do patrimônio. Valorização local, busca da essência nas cidades do interior. Acredita-se também na união do turismo à educação. É possível explorar nas visitas todos os significados e sentidos que estão imbricados no local, mas que precisam ser passados ao turista. Muitos turistas que buscam pelo peculiar podem encontrar nessa proposta uma opção para o contato com os tempos passado e presente.

Nogueira (2013) aponta que essa especificidade entende o lazer também como uma forma de busca pelo conhecimento das origens de determinados espaços e sociedades, na medida que são motivados pelo contato com as tradições, costumes, manifestações culturais, fenômenos históricos e religiosos. Por isso o autor aponta a necessidade de transformar os cemitérios – patrimônios em produtos sustentáveis, associando este equipamento ao conjunto de outras atividades e serviços característicos da atividade, sem perder a relação com o patrimônio. Nesse sentido é primordial pensar na gestão patrimonial e do turismo que tenha como objetivo uma inter-relação mais profunda e promova roteiros que envolvam conhecer a história do município, sua população e seu patrimônio.

Autores como Horta, Grumbert e Monteiro (1999, p. 6) apontam a potencialidade desse tipo de turismo com a educação patrimonial como uma alternativa viável. Os autores explicam a educação patrimonial como

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando para melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Os autores se referem à educação patrimonial como um instrumento de alfabetização cultural, visto que possibilita o (re)conhecimento e apropriação de bens que pode trazer uma conexão com sua herança cultural, ativação da memória social que por sua vez podem estar diretamente ligados a autoestima e a capacidade de identificação dos valores culturais.

O turismo e a educação patrimonial no Cemitério do São Rafael, oportuniza a possibilidade através da descrição de túmulos, da reflexão sobre questões históricas, sociais, econômicas, culturais, religiosas, incluindo temas, como preconceito, antisemitismo que permite trabalhar a relação entre o local e o contexto maior na construção do conhecimento histórico. Ainda, é possível por meio de uma proposta de educação patrimonial promover ações que busquem a interação do visitante com o espaço, com possibilidade de apropriação de novos conhecimentos. O turista enxerga, sente ou experimenta o que lhe é oferecido a partir da experiência.

O potencial turístico do Cemitério do São Rafael deve ser avaliado em seu conjunto, considerando seus valores como patrimônio material, e também seus valores imateriais, simbólicos, como tradições, conflitos e processos de enraizamento que na sua totalidade caracterizam a relações dos grupos pertencentes ao espaço. Sua localização rural, a paisagem ao seu redor, sua arborização são aspectos positivos para o atrativo, sendo de extrema necessidade sua manutenção e preservação.

Políticas públicas voltadas ao incentivo do turismo no local, bem como sua preservação enquanto patrimônio cultural também se mostram fundamentais. Essas ações podem contribuir para a dinamização da recuperação da memória e identidade locais, permitindo a conscientização da importância desse equipamento para os grupos sociais que os utilizam e rodeiam. Nessa perspectiva, mais uma vez os benefícios gerados pelo turismo e o conhecimento por ele proporcionado atinge além do visitante, a comunidade que vivencia experiências que estão relacionadas ao seu próprio processo de desenvolvimento.

Assim, o presente artigo traz a tona a necessidade de programas e ações específicas que envolvam, de maneira sistemática, a educação patrimonial e o turismo. É de extrema importância pensar em diferentes usos para estes espaços para incluí-los na paisagem da cidade e no cotidiano das pessoas, já que muitas vezes os cemitérios são "afastados" de uma vivência por se tratarem de um lugar de morte, quando na verdade podem se tratar de locais com fortes apelos patrimoniais e turísticos. A clareza sobre a elaboração de uma política de preservação funda-se na relação entre o patrimônio e a possibilidade de sua construção imaginária, os diferentes usos a que se pode prestar, os diferentes grupos sociais que representa (Canclini, 1994).

O principal problema que podemos citar para o Cemitério do São Rafael neste momento é uma quantidade de ações pontuais e objetivas e a ausência de uma política pública que preveja a continuidade dessas ações que resultem em um real plano de preservação envolvendo as áreas da educação, patrimônio e turismo.

Para tanto é necessário um cuidadoso planejamento das ações a serem realizadas, que respeitem as características locais, façam minuciosas pesquisas sobre a história da cidade, dos imigrantes, do cemitério e da capela e que estructurem de forma adequada os dados coletados para que sejam informados aos turistas. Possíveis parcerias, apoio comunitário, captação de recursos, destinados para a manutenção do local e para viabilização das estratégias de visitação, são entendidas como aspectos que contribuem com a possibilidade da implantação do turismo.

Muitos projetos para utilização turística de cemitérios introduzem a ideia de museu à céu aberto. Duarte e Gevehr (2016, p. 11) colocam que

Quando este museu a céu aberto tem a função recreativa das necrópoles de explorar turisticamente promovendo o entendimento da memória e da identidade, a população passa a uma constante valorização da cultura e da história enfatizando como sítios de lembranças, artísticos e turísticos sofrendo um processo de preservação do campo santo.

Nogueira (2013) complementa que podem-se elaborar roteiros turísticos para captar a atenção do turista para os mais diversos aspectos oferecidos por aquele espaço. Aponta ainda que trabalhar o cemitério como museu à céu aberto pode contribuir para projetos de proteção patrimonial, onde o turismo se torna um aliado importante para a valorização e divulgação do local.

Conclui-se assim que, ações que visem um aproveitamento das visitas realizadas no Cemitério do São Rafael podem trazer contribuições significativas em termos de desenvolvimento local, reconhecimento e valorização da história e memória dos grupos a ele ligados, educação, entre tantos outros. Porém, vale ressaltar é que estas ações implicam na recuperação da importância social de um espaço de encontro e convívio, colocando-o

na dinâmica social, e deixando clara sua importância como patrimônio cultural do município.

#### 4. Considerações Finais

Além de sua função primordial, o cemitério é tratado como patrimônio cultural de uma localidade pelos aspectos históricos, culturais, sociais que contêm, por ser memória e identidade de grupo a ele ligado. Apesar desse reconhecimento, os cemitérios são patrimônios pouco visíveis e estudados. Nesse sentido, promover turismo nestes espaços pode conduzir a uma reformulação das práticas e orientações culturais. A atividade turística tem possibilidade de desenvolver um processo de (re)significação do cemitério, quando incorpora diferentes sentidos ao percurso trilhado.

O Cemitério do São Rafael, objeto deste estudo, caracteriza-se como um lugar de memória, podendo ser entendido como patrimônio cultural de Rolândia, dada a sua importância histórica e ligação com a construção social do município. Localizado no meio rural, com uma paisagem digna da visita, recebe turistas principalmente devido a estes aspectos. Verifica-se dessa forma que o potencial do cemitério para o turismo poderia ser mais bem explorado e trazer maiores benefícios em vários aspectos. Ações planejadas de forma conjunta que estabeleçam uma conexão entre o turista e o espaço, transmitam conhecimento, valores, sentidos.

O turismo nesse aspecto busca mostrar o cemitério como elemento referencial de uma comunidade, a ser valorizado, preservado e reconhecido. Trabalhar com a noção da memória e a conexão estabelecida durante uma visita ao espaço cemiterial, contribui para a reconstrução da história social daquele espaço. A conexão entre as memórias individuais e coletivas levam à construção de uma identidade. Dessa forma, possibilitam o estabelecimento de um passado comum da sociedade quando finalmente esta consegue eleger seus espaços de memória onde se reconhecem. O Turismo pode contribuir significativamente com este processo.

A análise apresentada tem como base uma visão integradora da noção de patrimônio, que também vai além daqueles bens que foram oficialmente declarados como tal. Além disso, busca o desenvolvimento de um turismo unido a educação para a cultura. O conceito de turismo que se trabalha neste artigo reside na essência do local, no significado e no aprender. Para se alcançar mudanças nesse sentido, é necessário revisitar conceitos consolidados e refletir sobre teoria, práticas profissionais e políticas de preservação e de utilização do patrimônio para o turismo, evitando a manutenção de ideias enraizadas de valores que reproduzem discursos.

Quando a comunidade e visitantes conhecem a sensibilidade, a memória e a ancestralidade presente em seus cemitérios a preservação torna-se fator decorrente de uma valorização e atribuição de significado e sentido. (Re)significar as visitas realizadas ao

Cemitério do São Rafael busca por meio de diferentes ações ali realizadas proporcionar a produção e reconexão com identidades, auxiliar na construção do pensamento e ação no tocante a preservação, a necessidade de reflexão acerca da memória coletiva, e o cuidado e desmistificação com estes lugares que são espaços de histórias de vida.

### Referências bibliográficas:

AGUIRRE, Ángel. **Cultura y identidad cultural, introducción a la antropología**. Barcelona: Ed. Bardenas, 1997.

ARANTES, Antonio Augusto. Documentos históricos, documentos de cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 22, p. 48-55, 1987. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf) Acesso em: 2 jul. 2023.

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. In: **História Oral**, v.19, nº1, p.115-127, jan-jun, 2016. Tradução de Méri Frotscher. <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/642/pdf> Acesso em: 31/03/2024.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do Planejamento**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

BATISTA, Claudio Magalhães. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 27-33, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115416147004.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 23, p. 95-115, 1994.

CAPELA SÃO RAFAEL. **Foto vista aérea da Capela São Rafael. Rolândia**, 12 jul. 2021. Facebook: Capela São Rafael. Disponível em: <https://www.facebook.com/Capeladesaorafael/photos/pb.100072145903241.-2207520000/101161295588239/?type=3>. Acesso em: 28 maio 2023.

CASTRO, Elisiana Trilha. Cemitérios, nosso patrimônio nacional: a ação do IPHAN com relação ao patrimônio funerário brasileiro. In: **Anais do III Encontro nacional da ABEC**, 2010, Piracicaba. Disponível em: <https://elisianacastro.files.wordpress.com/2009/06/artigo-elisiana-abec-2010-patrimonio-funerario-iphan.pdf>.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui também jaz um patrimônio:** identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008). 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91822>. Acesso em: 22 maio 2023.

PARANÁ, SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. **Cartilha de Orientação do Patrimônio Cultural.** Curitiba, 2024. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Guia-de-memoria-Estado-publica-Cartilha-de-Orientacao-do-Patrimonio-Cultural>. Acesso em 31/03/2024.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2017.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória:** Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf). Acesso em: 25 maio 2023.

CHUVA, Márcia. Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline; ZAMORANO, Rafael Zamorano (orgs.) **90 anos do Museu Histórico Nacional:** em debate. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013. p. 195-208.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Aline (ed.). **Seminários DEP/FLUP.** Porto: Universidade do Porto, v. 1, 2020, p. 16-35. DOI: <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>. Acesso em: 20 maio 2023.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. Metamorfoses do Patrimônio. O papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília, n. 34, p. 79-89, 2012. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf). Acesso em: 25 maio 2023.

DUARTE, Larissa Bitar; GEVEHR, Daniel Luciano. **Cemitério das Irmandades:** uma visita à Memória e ao Patrimônio Cultural Jaguarense (RS). In: Mostra de Pesquisas do Museu Histórico Vicente de São Leopoldo, 1., São Leopoldo, RS, abr. 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **Manual de Aplicação do INRC.** Brasília: Iphan/DID, 2000, p. 11-21.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, Memória e Patrimônio. **Revista do Patrimônio**

**Histórico e Artístico Nacional.** Brasília, n. 34, p. 91-111, 2012. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf). Acesso em: 25 maio 2023.

GROH, Thiago. A Constituição da etnicidade judaica em Rolândia. In: LEWIN, H. (coord.). **Judaísmo e Modernidade:** suas múltiplas inter-relações. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 223-233. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/ztpr5/pdf/lewin-9788579820168-18.pdf>. Acesso: 11 jun. 2023.

HALBWACHS, M. **A memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

HOUAISS, Antonio. **Mini Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** São Paulo: Moderna, 2020.

KACZOR 74. Cemitério São Rafael, Rolândia – PR. **Flickr**, [S. l.], 14 set. 2013. Disponível em: [https://www.flickr.com/photos/kaczor\\_74/9736829885](https://www.flickr.com/photos/kaczor_74/9736829885). Acesso em: 28 maio 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla; GUIMARÃES, Simone Koniski; BATISTA, Martha Raquel de Souza. Cemitério de Harmonia (PR): patrimônio em discussão. In: ENCONTRO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM PATRIMÔNIO CULTURAL – ENIPAC, 3., 2017, Joinville. **Anais [...].** Joinville, SC, 2017. p. 355-360. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/339435453\\_Cemiterio\\_de\\_Harmonia\\_PR\\_patrimonio\\_em\\_discussao](https://www.researchgate.net/publication/339435453_Cemiterio_de_Harmonia_PR_patrimonio_em_discussao). Acesso em: 02 jun. 2023.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um cemitério é patrimônio cultural.** 2013. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss321.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PAIVA, Odair da Cruz. Imigração, patrimônio cultural e turismo no Brasil. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo, v. 23, n. 2, p. 211-237, jul-dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/ShT8Rjyw8tJyzpCjvXzCRyw/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

QUEIROZ, Francisco. Os cemitérios históricos e o seu potencial turístico em Portugal. **Anuário 21 Gramas**, n. 1, p. 7-12, 2007. Disponível em: [http://www.franciscoqueiroz.com/Cemiterios\\_historicos\\_Potencial\\_Turistico\\_Portugal\\_%20v](http://www.franciscoqueiroz.com/Cemiterios_historicos_Potencial_Turistico_Portugal_%20v)

ersao\_21\_gramas.pdf. Acesso em: 5 jun. 2023.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: UNICAMP, 2008.

ROLÂNDIA, Câmara Municipal. **Lei nº2878/2001**, Institui normas de preservação da memória da cidade e do patrimônio histórico. Rolândia, 2001.

SÃO RAFAEL: a estrada, a capela e o cemitério. **Jornal de Rolândia**, Rolândia, 17 ago. 2020. Disponível em: <https://umjornalregional.com.br/noticia/6927-s%C3%A3o-rafael-a-estrada-a-capela-e-o-cemite%C3%A9rio/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SCHWENGBER, Cláudia Francisca Portellinha. Pioneiros Alemães em Rolândia. In: VITECK, Harto (Org.). **Imigração Alemã no Paraná: 180 anos: 1829-2009**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2011. p. 259-307.

SILVA, Caroline da; CARVALHO, Djiovan; GASPARG, Waleska. Entre túmulos e memórias: patrimônio e identidade no cemitério Vera Cruz, Passo Fundo, RS. **Seminário Internacional de Cultura Material e Arqueologia**, v. 1, 2017. Disponível em: [https://www.academia.edu/36388027/ENTRE\\_T%C3%9AMULOS\\_E\\_MEM%C3%93RIAS\\_PATRIM%C3%94NIO\\_E\\_IDENTIDADE\\_NO](https://www.academia.edu/36388027/ENTRE_T%C3%9AMULOS_E_MEM%C3%93RIAS_PATRIM%C3%94NIO_E_IDENTIDADE_NO). Acesso em: 27 maio 2023.

SOARES, Marco Antonio Neves. Classificação e Catalogação de Cultura Material: tipologias sepulcrais de israelitas presentes no Cemitério São Rafael, município de Rolândia – PR. **Revista Brasileira de História de Religiões**, Ano III, n. 8, p. 65-74, set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30348>. Acesso em: 10 jun. 2023.

TAVARES, Davi Kiermes, BRAHM, José Paulo Seifert, RIBEIRO, Diego Lemos. Alma e ressonância dos espaços cemiteriais: em foco, os *Britishes cemiteries* no nordeste. In: COSTA, Alvaro Daniel (org). **Cultura, Cidadania e Políticas Públicas**, Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, p. 246-258.

TAVARES, Davi Kiermes; QUEVEDO, Gisele Dutra; BRAHM, José Paulo Seifert; SEGOVIA, Rodrigo da Costa; COLVERO, Ronaldo Bernardino. Cemitério: Patrimônio Cultural Material e Fonte de Turismo como Possibilidades. **Conexões Culturais** – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura, v. 1, n. 2, p. 191-210, 2015. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/89>. Acesso em: 2 jun. 2023.